



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO: JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSORA ORIENTADORA ELLIS REGINA ARAÚJO

Eliene do Carmo Santos
RA 20433800

Mercado de Trabalho para mulheres jornalistas no Distrito Federal

Brasília
2007

Eliene do Carmo Santos

Mercado de Trabalho para mulheres jornalistas no Distrito Federal

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel Jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

Prof. Ms. Ellis Regina Araújo

Brasília
2007

Eliene do Carmo Santos

Mercado de Trabalho para mulheres jornalistas no Distrito Federal

Trabalho apresentado à Faculdade
de Ciências Sociais Aplicadas,
como requisito parcial para a
obtenção ao grau de Bacharel em
jornalismo do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília

Brasília, junho de 2007

Banca Examinadora

Prof. Ellis Regina
Orientadora

Prof. Renata Lu
Examinadora

Prof. Luzia Giffoni
Examinadora

RESUMO

Nesse trabalho, analisamos a relação entre o processo de profissionalização e a feminização do trabalho, mais especificamente o jornalismo no Distrito Federal. Na discussão sobre profissionalização, adotamos a perspectiva teórica dos estudos de gênero. Na metodologia, trabalhamos com dados quantitativos obtidos por meio do sindicato dos jornalistas do Distrito Federal, Ministério da Educação, Jornal Correio Braziliense e TV Globo DF. Esses dados possibilitaram estudar de forma descritiva o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Jornalismo. Feminização. Mercado de trabalho. Gênero. Jornal. Televisão

Sumário

1 Introdução	6
2 Gênero.....	9
2.1 Gênero e sexualidade.....	10
2.2 Gênero e Trabalho.....	11
3 Contexto histórico do trabalho da mulher.....	13
3.1 Mulheres de agulha.....	14
3.2 Mulheres amas-de-leite.....	16
3.3 Mulheres na medicina.....	16
3.4 Mulheres no jornalismo.....	17
4 As mulheres no mercado de trabalho no mundo contemporâneo.....	19
4.1 A mulher na educação superior.....	22
4.2 Escolaridade feminina.....	22
4.3 Participação no mercado de trabalho por sexo e cor.....	24
4.4 O mercado de trabalho em regiões metropolitanas.....	25
4.5 A mulher na redação.....	26
5 Metodologia.....	28
6 Análise de dois veículos.....	29
6.1 Discussão dos resultados.....	31
7 Conclusão.....	32
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE A.....	35

1 Introdução

Mulheres no mundo todo se entusiasmaram, aplaudiram e ficaram orgulhosas com a posse da chilena Michelle Bachelet, para governar o Chile no período de 2006 a 2010, no posto máximo do poder político. No ano de 2006 no Brasil, a ex-senadora Heloisa Helena disputou as eleições presidenciais, e conquistou expressivos 6 milhões de votos, caso impensável anos atrás.

A briga pela igualdade de representação entre mulheres que já superaram a barreira do acesso a cargos importantes na sociedade demonstra que o problema é maior e mais sério do que se imagina. As mulheres enfrentam diariamente dupla jornada de trabalho, além de muitas vezes serem discriminadas e até assediadas. Como se não bastassem todos esses problemas, elas ainda têm de provar, a todo o momento, sua capacidade profissional a fim de conseguir igualdade salarial com os homens.

Apesar de terem partido para a conquista de um diploma com um século de desvantagem em relação aos homens, hoje as mulheres possuem, em média, um ano a mais de escolaridade do que eles. Segundo dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC), de 2005, entre os dez cursos de graduação existentes no país, as mulheres são maioria em Pedagogia, Comunicação Social, Letras, Ciências Contábeis e Enfermagem. Elas ocupam o maior número de carteiras não apenas nos cursos de graduação como também nos de mestrado e doutorado.

Ao longo das últimas décadas, a participação da mulher no mercado de trabalho formal brasileiro aumentou substancialmente. Apesar disso, as diferenças de remuneração e cargos de chefia entre homens e mulheres persistem.

À medida que amadurecem no mercado de trabalho, fica mais visível a diferença salarial em relação aos homens que ocupam postos com as mesmas responsabilidades e ganham mais. As mulheres estão, cada vez mais, preparadas e aptas a desenvolverem carreiras de prestígio, serem financeiramente independentes, ocuparem altos cargos e receberem bons salários.

Primeira mulher a assumir o cargo, a ministra Ellen Gracie Northfleet, empossada em 2000, parece ter consciência de seu papel histórico a frente do Supremo Tribunal Federal. Foi a primeira mulher a ser nomeada para o STF. Em 2006, a ministra tomou posse como presidente do Supremo Tribunal Federal, cargo que ocupará até 2008.

No caso específico das jornalistas, houve um aumento significativo do número de formandas nas universidades, nos últimos anos. A pesquisa teve como objetivo saber qual a expectativa de trabalho dessas novas profissionais, saber como está o mercado de trabalho para jornalistas e também, fazer um levantamento do número de mulheres que ocupam cargos de chefia nos veículos de comunicação pesquisados.

Na primeira parte do trabalho, foi feito um estudo de gênero, embasado nas pesquisas de vários autores no sentido de mostrar a opressão sofrida pelas mulheres ao longo da história. Em seguida, foi feito um breve relato sobre a profissionalização da mulher, mostrando algumas profissões exercidas por elas desde o século XIX e também profissões que eram consideradas exclusivamente masculinas.

Na segunda parte do trabalho, foi analisada a participação da mulher no mercado de trabalho. Para chegar na participação da mulher no mercado de trabalho no mundo contemporâneo, foi feita uma pesquisa analisando a escolaridade feminina e a influência dos estudos para o crescimento profissional da mulher.

Na fase seguinte, foram pesquisados os seguintes veículos de comunicação: o jornal *Correio Braziliense* e a TV Globo no Distrito Federal. Foi considerado um contexto histórico, com a finalidade de descobrir a participação na mulher no quadro funcional dessas empresas.

Na parte final, foi feito o trabalho empírico com o levantamento de dados da participação da jornalista no mercado de comunicação do Distrito Federal, bem como nas universidades.

Com o intuito de verificar se o mercado de trabalho no Distrito Federal absorve a mão-de-obra feminina de forma igualitária em relação ao homem, esse trabalho buscou investigar especificamente como está o mercado de trabalho para as mulheres jornalistas no Distrito Federal e se de fato existem as diferenças salariais entre homens e mulheres.

Pretendeu-se ainda fazer um levantamento de como atuam as jornalistas no jornal *Correio Braziliense* e na TV Globo no Distrito Federal e com isso possibilitar aos futuros profissionais da área informações atualizadas do mercado de comunicação no Distrito Federal.

O levantamento de dados desses dois veículos teve como objetivo fazer um comparativo no sentido de se verificar quais deles absorvem maior número de mulheres jornalistas.

O estudo do trabalho da mulher se faz necessário para apreender a divisão sexual das atividades como um sistema de relações suscetível de evoluir com o passar do tempo, à medida que se transformam as próprias características do meio de trabalho e dos grupos de diferentes sexos.

Além das dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho, ao longo da história, a mulher jornalista, assim como nas demais profissões, precisam provar, a todo o momento, que é capaz de desempenhar a profissão tão bem quanto o homem e, além disso cuidar das tarefas do lar. A pesquisa comprovou, por meio de dados, que aumenta significativamente o percentual de mulheres que entram a cada dia no mercado de trabalho.

Este trabalho trouxe uma visão atualizada do mercado de trabalho para as mulheres jornalistas no Distrito Federal, possibilitando, entre outras coisas, que elas possam ver em quais veículos de comunicação elas são mais aceitas.

A pesquisa é importante também porque o mercado de trabalho é fator fundamental para a escolha de um curso superior. Na minha vivência acadêmica, constatei um aumento significativo do número de mulheres que procuram o curso de jornalismo. Dessa forma, pretendeu-se também subsidiar as futuras estudantes na escolha de uma profissão.

2 Gênero

A discussão sobre identidades de gênero vem se intensificando cada vez mais e, em grande parte, provocada pelo movimento feminista e também por todos aqueles que se sentem ameaçados pela ascensão da mulher. Segundo Stuart Hall (1997), essas novas identidades sociais são chamadas de “políticas de identidades”.

A opressão dos homens sobre as mulheres perdura há milhares de anos. Toda nossa língua e nossa cultura estão marcadas por essa relação de denominação.

A dominação masculina pode ser constatada em todos os momentos da vida. A nossa língua está tão marcada que encontramos dificuldade lingüística para falar sobre esse assunto. O termo “homem” é utilizado até hoje para referir-se ao ser humano. Desde cedo, aprendemos que para nos referirmos a um grupo composto de um homem e de muitas mulheres, o plural deve ser masculino.

Quando a escritora Simone de Beauvoir diz “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” ela está desmacarando a identificação feita entre o sexo e o gênero. A identidade sexual, a sexualidade e as relações entre sexos diferentes são construídas socialmente e são interpretados a partir da cultura.

Para Sung e Silva (2001, p.97) o gênero é o sexo socialmente construído. Para eles, as relações de gênero, as relações entre homens e mulheres são socialmente construídas e não determinadas biologicamente.

A relação de gênero que vivemos hoje é uma relação de desigualdade social e pessoal baseada na diferença entre os sexos e legitimada em nome de um determinismo biológico da superioridade de um dos sexos, o masculino, e de uma determinada forma de viver a sexualidade, a heterossexual. Como sempre se busca legitimar a desigualdade socialmente construída em nome de ciências da natureza, que, nesses casos, não são nada mais que ideologias travestidas de pseudocientificidade. Esta desigualdade social está articulada com outras formas de desigualdades, distâncias e hierarquias sociais.

Sung e Silva lembram que os principais movimentos emancipatórios dos séculos XIX e XX deram ênfase exclusiva à transformação econômica e política, relegando para segundo plano, ou até mesmo negando, a questão da mulher. Com o resultado da transferência dos meios de produção da família patriarcal aos donos da fábrica, as mulheres e os escravos passaram a ser desnecessários para a produção doméstica. Pouco a pouco, a escravidão foi abolida, e as mulheres, com muita luta, foram conquistando os direitos civis.

Apesar de grande resistência, o declínio do patriarcalismo se deu devido às lutas das mulheres. Essas lutas e o conseqüente declínio da nossa civilização patriarcal são, sem dúvida, uma das marcas de nosso tempo.

O movimento feminista não se restringiu ao campo das relações sociais. Questionou também todo o modelo do conhecimento ocidental moderno baseado somente na razão quantitativa e que exclui outras dimensões do conhecimento, como a memória, a intuição e imaginação. Uma das maneiras com as quais se pretende descaracterizar o movimento feminista é transformar a causa feminista em uma disputa entre homens e mulheres para ver quem tem mais poder.

A questão do gênero, segundo Sung e Silva, está ligada à crítica do patriarcado, ou seja, à crítica do predomínio da figura masculina como princípio direcionador e orientador das grandes decisões econômicas sociais, políticas e culturais. Na compreensão dos processos sociais, acrescenta-se a variante do gênero à da situação de classe de raça. Afinal, uma mulher negra e pobre é muito mais oprimida e marginalizada do que uma mulher branca e pobre.

2.1 Gênero e Sexualidade

Para Jeffrey Weeks, (1995, p.57) o gênero não é uma simples categoria analítica; ele é, como as intelectuais feministas têm crescentemente argumentado: uma relação de poder. Assim, padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável – um poder historicamente enraizado.

A confirmação da definição da sexualidade feminina se deu no século XIX. Ele explica que os termos dessa definição têm influenciado fortemente nossos próprios conceitos, bem como nossos pressupostos sobre a importância das diferenças corporais.

Baseado numa análise dos conceitos de corpo e gênero dos gregos, Laqueur, (1990, p.10) sugere que houve modificação na forma como vemos a relação entre o corpo feminino e o corpo masculino. Para ele, o modelo hierárquico, mas de sexo único, interpretava o corpo feminino como uma versão inferior do corpo masculino. Jeffrey Weeks (1995, p.57), destaca ainda a importância que Laqueur deu ao papel feminino no prazer sexual, especialmente no processo de reprodução. Ele explica que, antes, o orgasmo feminino e o prazer eram considerados necessários para que ocorresse uma fecundação bem sucedida. Esse novo modelo reprodutivo indicava a diferença de homens e mulheres, enfatizando a existência de dois corpos diferentes e o ciclo reprodutivo automático da mulher e sua falta de sensação sexual.

Ainda que a denominação masculina permaneça uma característica central da sociedade moderna, é importante lembrar que as mulheres têm sido ativas participantes na modelação de sua própria definição de necessidade. Ou seja, todas as definições e desempenho do papel na mulher na sociedade aconteceram depois de muita luta e também por uma questão de necessidade. As práticas cotidianas da vida têm oferecido espaços para as mulheres determinarem suas próprias vidas. Por outro lado, segundo Weeks (1999, p.58)., “os padrões de privilégio sexual masculino não foram totalmente rompidos, mas há agora abundantes evidências de que tal privilégio não é inevitável nem imutável”.

2.2 Gênero e Trabalho

Em seu artigo “Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide”, Cecília Toledo¹ reforça o argumento de Alice Rangel de que a crescente feminização da mão-de-obra de trabalho não se traduz em aumento de emprego. Para ela, a escassez de emprego para as mulheres não é porque elas não são capazes, pelo contrário, elas

acompanharam as transformações tecnológicas. Ela explica que, com o surgimento da informatização, foi possível a criação de novos postos de trabalho para mulheres. No entanto, isso não trouxe maior igualdade para elas no mercado de trabalho. Para Alice Toledo, não é uma questão de gênero. “Se fosse uma questão de gênero, isso não se explicaria, porque mulher e homem se igualam na maioria dos trabalhos”. De acordo com Toledo, não se discute a capacidade da mulher porque já está provado que elas são tão capazes quanto os homens. A questão é muito mais profunda. O que interessa em relação a mulher é a mão-de-obra não-qualificada, o que faz com que ela não abandone as tarefas de reprodução e do lar e continue se ocupando das tarefas domésticas com as quais, segundo ela, supre as deficiências do Estado.

Para Maruani e Hirata, a estrutura ocupacional feminina caracteriza-se por segmentos diferenciados em termos de qualificação, prestígio e remuneração. Elas explicam que as ocupações que teriam menos prestígios ofereciam menor remuneração, como serviços administrativos. A entrada da mulher no trabalho considerado de mais prestígio aconteceu depois que as mulheres lotaram as universidades e, conseqüentemente, se especializaram, possibilitando uma remuneração mais condizente.

A intensa transformação cultural ocorrida a partir dos anos 1960 impulsionou as mulheres para as universidades, e a expansão das vagas de ensino superior atendeu a esse anseio. As transformações pelas quais passaram as profissionais repercutiram no nível de prestígio atribuído a elas, abrindo outras possibilidades para a inserção feminina em novas profissões, além dos espaços tradicionalmente ocupados, como o magistério e a enfermagem.

¹ Jornalista e membro da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU.

3 Contexto histórico do trabalho da mulher

Apesar dos inúmeros estudos já existentes ainda falta muito para se conhecer sobre o trabalho feminino. O que a história mostra é que as mulheres sempre trabalharam. O registro da atividade profissional feminina progride com as mutações estruturais da sociedade e a afirmação do assalariamento.

Estudos concluíram que existem três tempos na história contemporânea do trabalho da mulher: o primeiro seria a própria noção de trabalho das mulheres; o segundo, aquele em que a visibilidade da mulher assalariada seria o mais marcante, o terceiro, ancorado na primeira parte do século XX, seria aquele em que a questão do acesso das mulheres às novas profissões foi claramente formulado.

No século XIX, era considerado como trabalho produtivo apenas os desempenhados por trabalhadores assalariados. A empregada doméstica, os comerciantes, as camponesas e as donas-de-casa eram relegadas ao esquecimento.

Para Maria Izilda Santos de Matos (2000, p.271), o surgimento da noção de assalariado em meados do século XIX e a divisão cada vez mais importante entre assalariados são acompanhados da definição de diferentes estados ou posições dentro de uma mesma profissão.

A primeira metade do século XIX é guiada por uma visão da organização do trabalho estruturada em torno da noção de “ofício”, ou seja, não existe distinção entre a qualificação da pessoa e a qualificação da empresa. A partir de 1896, surgiu uma hierarquização mais precisa. Neste período, chefes de estabelecimentos e funcionários são diferenciados. A partir dessas informações, surgiram os censos que passam a conter dados mais específicos.

O acesso das mulheres a novos cursos e novos empregos se deu no fim do século XIX. Só em 1907, as mulheres casadas puderam dispor livremente de seu salário. No ano de 1938, as mulheres foram emancipadas da tutela masculina. O

acesso feminino ao direito ao exercício das profissões jurídicas é emblemático das contradições da época: como admitir a existência de advogadas e juízas enquanto elas próprias estão forçosamente ausentes do local da elaboração do direito com sua exclusão do direito de voto? Menores no quadro familiar, menores na vida civil e política, só em caráter excepcional, derogatório ou transgressivo, as mulheres poderiam ser “maiores” nas atividades que exerciam.

3.1 Mulheres de agulha

Depois de várias correntes de interpretação, a história vem recuperando a atuação das mulheres no processo histórico enquanto sujeitos ativos. Apesar das dificuldades, a pesquisa tem mostrado a importância e influência da mulher em todas as esferas. As várias pesquisas constataram, ao tentar reconstruir a estrutura ocupacional da mulher no meio urbano, entre outras coisas, a presença da mulher no espaço público, principalmente onde as atividades adquiriam visibilidade.

A maior parte das pesquisas desenvolvidas na segunda metade do século XIX sobre o trabalho feminino, e vinculadas ao movimento operário, concentrou-se mais no trabalho manufaturado e chamou atenção para a participação feminina no processo de industrialização, principalmente nas indústrias têxteis.

Esses estudos foram fundamentais para definir a ação feminina no universo das fábricas. Ajudaram também no discurso elaborado pelo patrão e pelo poder público, que procuravam destacar o contraste entre o trabalho fabril e domiciliar. Essas investigações serviram para reforçar a idéia de segmentação entre um grupo privilegiado, empregado nas fábricas, e o universo dos trabalhadores domiciliares, isolando o público do privado confirmando com isso a imagem ideal do operário fabril disciplinado.

Paralelamente ao crescimento do trabalho fabril expandem-se os trabalhos de agulha exercidos em domicílio. Atividade essencial de autoprodução e de reparação até os anos 1940, a costura era uma fonte de trabalho mercantil para as mulheres que a exerceram durante muito tempo em domicílio. Para as jovens, também é um elemento

de aprendizagem da condição de ser mulher, ao mesmo tempo necessidade e ganha pão para as mulheres das classes populares; prática de aprendizagem, modo de 'socialização', prática de lazer e sinal ostentatório da condição de mulher ociosa para jovens e mulheres da burguesia. As indústrias ocupavam um grande número de costureiras domiciliares que trabalhavam fazendo sacos para o café.

O trabalho domiciliar de agulha realizado nos domicílios das próprias costureiras e bordadeiras possibilitou a sondagem de uma experiência feminina. A atividade da mulher domiciliar foi fundamental para o desenvolvimento da produção capitalista e consequentemente a expansão urbano-industrial. Essa alternativa de emprego era importante para as mulheres porque permitia a elas fazerem as atividades domésticas e o trabalho remunerado.

A escassez de estudos específicos desta parte da história se deve ao fato de que as mulheres que trabalhavam nos domicílios se recusavam a discutir sua condição. Levando-se em conta que o universo de trabalhadores domiciliares era quase todo ele composto de mulheres, explica-se porque surgiram as barreiras documentais. Cabiam aos homens os discursos do trabalho, da greve ou da resistência, excluindo a presença feminina.

A mão-de-obra dos trabalhos de agulha cresceu significativamente na década de 1940 e como consequência ocorreu uma redução do preço pago por este trabalho. Para garantir um ganho melhor era necessário muita produção. O emprego sazonal e o salário complementar eram considerados não só em função do mercado, mas também como opção por uma ocupação que permitia, no curso de vida das mulheres, estabelecer uma relação tempo-espaço do trabalho e da família.

Não existiam boas condições de trabalho. As mulheres conviviam com acúmulos de grandes quantidades de produtos costurados ou a costurar dentro dos cortiços onde moravam, convivendo com freqüentes incêndios, que foram denunciados mais tarde pelas comissões de exame e inspeção de habitações.

As trabalhadoras domiciliares eram vistas pela opinião pública e pelo patrão como um modelo de passividade; eram consideradas menos dispostas a aderir às lutas

operárias e também pouco propensas às greves. Sendo assim, essas trabalhadoras apareciam como um impedimento ao crescimento do movimento operário.

As bordadeiras encontraram uma forma de resistência, que era o boicote aos bordados e costuras. Para não atrapalhar sua remuneração, que elas obtinham por produção de cada peça, elas mantinham o mesmo ritmo de produção só que com uma qualidade inferior.

A primeira associação das costureiras foi fundada em 1906. Nesse mesmo ano foi feita uma convocação das trabalhadoras visando ao aumento do preço pago pela costura, a organização de um sindicato de classe e a redução da carga horária para as mulheres que trabalhavam em oficinas.

3.2 Mulheres amas-de-leite

As mulheres amas-de-leite desempenharam um papel social muito importante no século XIX. As escravas que acabavam de ter filhos eram recrutadas pelas senhoras da época para amamentar seus filhos. Os diversos estudos sobre esse tema mostram que as senhoras da elite ofereciam para alugar ou vender negras com filhos pequenos, que poderiam ser compradas ou alugadas como escravas para amamentar os bebês de seus proprietários. Com a abolição da escravidão, ainda se viam muitas mulheres servindo de amas-de-leite, e algumas delas até conseguiam ganhar suas vidas com essa prática benéfica aos bebês.

Para Margaret Maruani e Helena Hirata (2003, p.41), o trabalho da ama-de-leite estruturou a economia local. Esse trabalho é a contrapartida necessária da atividade das mulheres urbanas, sejam elas operárias, empregadas, sejam criadas, assim como o modo de dissimular inúmeros nascimentos ilegítimos. As amas-de-leite no lar, participando da domesticidade das famílias abastadas, são, por sua parte, a condição de existência da mulher ociosa, aristocrata ou burguesa.

3.3 Mulheres na medicina

Exercida principalmente por homens ao longo da história, a medicina recebeu um acesso maciço de mulheres na década de 1990, o que, como consequência, causou uma significativa transformação da profissão. Depois de muitos esforços, e à custa de muitos estudos, a mulher entrou na medicina. Inicialmente, na medicina hospitalar e medicina de grupo, hoje ela já atende em todas as especialidades. (MARUANI; HIRATA, 2003, p.15).

Para Margaret Maruani e Helena Hirata, as causas dessa orientação feminina é que as mulheres procuram maior disponibilidade que as liberte da pressão imediata da clientela. Porém, essa exigência permite também desenvolver formas de medicina científica e integrada que são a vanguarda da medicina moderna.

Uma das grandes modificações que a mulher causou na medicina foi a percepção do público quanto às relações entre o sexo e a profissão. Em algumas especialidades como ginecologia e psiquiatria, homens e mulheres apreciam dialogar com um profissional de seu sexo.

Para as autoras, em todas as profissões as mulheres transformaram o espírito e as condições de trabalho. Elas explicam que até as profissões consideradas de status deixaram de ser exercidas exclusivamente por homens, como jornalistas, juiz, embaixador, ministro, oficial superior, delegado, correspondente de guerra e comandante de bordo. “Isso é importante para a imagem dessas profissões, em que os homens ainda dominam, e, acima de tudo, para a representação da sociedade inteira” (MARUANI; HIRATA, 2003, p. 318).

3.4 Mulheres no jornalismo

Segundo dados da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), os primeiros registros da participação feminina no jornalismo brasileiro datam de 1852. Mas foi só em 1914 que foi contratada Maria Eugênia Moreira. Segundo registros da época, ela foi a primeira repórter de jornal. Mesmo com esse grande acontecimento, a função

exercida por Eugênia era a de escrever para um jornal exclusivamente feminino, o *Jornal das Senhoras*.

Nessa época, as mulheres já começavam a se libertar da clausura até então imposta pela sociedade patriarcal existente. E foi por meio dos vários jornais que surgiram, como o *Correio das Damas*, *Jornal das Moças Solteiras* dedicados à moda e a frivolidades, que a mulher adotou um novo modelo de comportamento que era o modelo da nobreza francesa. Devido também às mudanças comportamentais da imprensa, as mulheres jornalistas de hoje atuam em todos os veículos de comunicação.

4 As mulheres no mercado de trabalho no mundo contemporâneo

As profissões de jornalista, juiz, embaixador, ministro, oficial superior, delegado, comandante de bordo, exercidas antes exclusivamente por homens, hoje são assumidas também por mulheres. Isso é importante para a imagem dessas profissões, em que os homens ainda dominam, e, acima de tudo, para a representação da sociedade inteira. A mistura generalizada de sexos nas profissões, característica do mundo do trabalho contemporâneo faz com que os grupos e as sociedades ostensivamente masculinos pareçam profundamente marginais e arcaicos.

No âmbito da qualificação profissional, nota-se que o domínio de instrumentos derivados das novas tecnologias é uma competência cada vez mais difundida entre os empregados administrativos de empresas, entre eles 83% de mulheres em 1995. Essa competência abre perspectiva de carreira para as mulheres? Essa questão leva a outra igualmente pertinente: considerando que a atividade das mulheres se desenvolveu espetacularmente durante as últimas décadas, ela poderia regredir em razão da expansão dos empregos precários e do tempo parcial? Em virtude de uma ética da divisão, jogar-se-ia um véu pudico sobre o subemprego e sobre o trabalho efetuado na esfera doméstica, onde o tempo parcial encontra facilmente complemento de serviço.

Constatar mudanças decisivas e aparentemente irreversíveis não dispensa a observação das modalidades da divisão do trabalho e da valorização da qualificação em diferentes tipos de organização. Estudos mostram que a presença maciça das mulheres nos empregos de escritório é uma forte tendência que não exclui, todavia, uma evolução do conteúdo das tarefas efetuadas e da qualificação possuída.

A situação social das mulheres se caracteriza pela desigualdade, principalmente no aspecto relacionado ao mercado de trabalho. A desigualdade acontece porque o

mercado de trabalho para mulheres está relacionado diretamente com a forma como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora e de força de trabalho.

Alice Rangel de Paiva Abreu, em seu artigo “Mudanças Tecnológicas e Gênero no Brasil” (1993), aborda, do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, os impactos das novas tecnologias sobre a divisão e a organização do trabalho. Segundo a autora, o estudo das qualificações das trajetórias ocupacionais e das formas de gestão passa pela articulação da problemática da divisão sexual do trabalho com a categoria gênero, que lhe confere a dimensão histórico-social essencial para um real aprofundamento da questão.

A autora parte da análise das transformações operadas no trabalho feminino a partir dos anos 1980. “Houve uma incorporação maciça de mulheres no mercado de trabalho brasileiro (a taxa de atividade feminina cresceu de 33,6% em 1979 para 38,7% em 1989), enquanto a taxa de atividade dos homens se mantinha praticamente estável no mesmo período”. Esse movimento estaria acoplado a uma nítida terceirização da economia e a um sensível aumento de assalariamento do emprego urbano que se dá, no entanto, de forma bastante precária, uma vez que diminui ao longo da década o número de assalariados com carteira de trabalho assinada. Entre as mulheres, apenas 55% das assalariadas têm carteira assinada.

Para Sung e Silva (2001, p.101), mesmo no campo da economia e da política, é perceptível a pouca presença das mulheres nos postos de comando ou de decisão, além do fato de que elas continuam, em geral, ganhando menos do que os homens para fazer o mesmo serviço. “Sem contarmos a sobrecarga de trabalho de muitas dessas mulheres, que ao voltarem às suas casas têm que dar conta dos serviços domésticos, como lavar, cozinhar, cuidar das crianças etc. e, se for o caso, ainda dar atenção ao seu companheiro. A dupla ou tripla jornada é a difícil realidade da maioria das mulheres trabalhadoras pobres”.

Na década de 1990, os institutos de pesquisas já começavam a levar em conta a inserção feminina nos vários setores de atividade econômica. Mesmo com o crescimento da mulher em várias ocupações ainda existiam aquelas profissões consideradas tipicamente masculinas como indústria, extração vegetal e pesca.

Esses padrões estruturais da ocupação feminina não se alterou no decorrer da década, mas devido à instabilidade econômica e política da época foram verificadas oscilações conjunturais.

No final da década de 1990, as mulheres adentraram em algumas áreas profissionais de prestígio destinadas tipicamente aos homens. Um exemplo desse movimento vem ocorrendo nas profissões de juristas, escritores e jornalistas. Ainda que os pontos de trabalho para esses profissionais tenham pequena significação numérica no conjunto dos empregos de ambos os sexos, o que importa é a crescente participação feminina, ampliando as possibilidades de uma inserção qualificada no mercado de trabalho, pelo menos para as mulheres mais escolarizadas.

Considerada a “década perdida”, devido ao lento crescimento, os anos 1980, por um lado, trouxeram melhorias para alguns setores, como a expansão da rede de saneamento básico e eletricidade, aumento no consumo de bens duráveis (TVs, geladeiras, etc.) nas faixas de menor renda.

Significativas mudanças ocorreram no período de 1986-1994, como a implantação de seis planos econômicos. Nesse período, foi implantado o Plano Real que conseguiu controlar a inflação. A partir daí, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a concentração de renda se estabilizou em um patamar suficiente para manter o Brasil como um dos países de maior concentração de renda do mundo. A mudança da política econômica em janeiro de 1999 começou a surtir efeitos positivos nesse mesmo ano, apontando para uma ligeira recuperação da atividade industrial, que se estendeu pelo ano de 2000 e pelo primeiro semestre de 2001. Refletiu-se em aumento nas taxas de ocupação ou participação de homens e mulheres no mercado de trabalho e em diminuição, em contrapartida, das taxas de desemprego (MAURANI; HIRATA, 2003, p. 340).

Houve decréscimo nas taxas de desemprego total de ambos os sexos, com menor intensidade para as mulheres (de 21,7% para 20,9) do que para os homens (de 17,3% para 15%) indicando que, ao contrário do que aconteceu em 1999, foram eles que mais aproveitaram as novas oportunidades de inserção geradas em 2000. Esse

resultado decorreu da expressiva ampliação de postos de trabalho no setor industrial e em serviços destinados às atividades produtivas, em que predominam os homens.

4.1 A mulher na educação superior

Os dados do censo da educação superior divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) revelam que, em 2005, entre os dez maiores cursos de graduação existentes no país, as mulheres eram maioria em cinco.

Cursos	% Feminino	% Masculino
Administração	49,2	50,8
Direito	48,9	51,1
Pedagogia	91,3	8,7
Engenharia	20,3	79,7
Comunicação Social	56,6	43,4
Letras	80,0	20,0
Ciências Contábeis	50,7	49,3
Educação Física	43,1	56,9
Enfermagem	82,9	17,1
Ciência da Computação	18,8	81,2

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC

A participação do sexo feminino foi também maior entre os candidatos inscritos nos processos seletivos para os cursos de graduação (55,5%), bem como no grupo dos que efetivamente neles conseguiram ingressar. E a presença das mulheres ficou ainda mais expressiva entre os concluintes dos cursos de graduação. Portanto, as mulheres têm mais sucesso ao longo de sua educação superior do que os homens.

O estudo demonstra que o sexo feminino é a maioria no universo de graduação de todas as regiões do país, e o destaque fica por conta do Centro-Oeste, onde a participação da mulher no campus é de 59,1%.

4.2 Escolaridade feminina

Pesquisas mostram que a sexualização das ocupações é um processo que se forma ainda nos bancos escolares, com efeitos perversos sobre a inserção feminina posterior no mercado de trabalho, (MAURANI, Margareth; HIRATA, Helena, 2003, p.334).

Essas pesquisas mostram a importância da ruptura, pela mulher, dos guetos no sistema educacional para sua inserção no mercado de trabalho.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as trabalhadoras têm níveis de escolaridade mais elevados do que os homens. O período analisado, no estudo divulgado, aumenta a escolaridade dos trabalhadores de ambos os sexos, porém o aumento da escolaridade da População Economicamente Ativa (PEA) feminina é mais significativo.

Escolaridade feminina e masculina na PEA – Brasil

Anos de Estudo	Distribuição				Taxas de atividade			
	1993		1998		1993		1998	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução ou menos de 1 ano(%)	17,0	14,4	14,1	10,6	74,4	40,2	72,4	36,6
De 1 a 3 anos (%)	20,0	17,4	17,3	14,1	65,8	38,5	63,2	36,7
De 4 a 7 anos (%)	34,1	32,0	32,8	29,6	75,5	43,4	70,1	41,8
De 8 a 10 anos (%)	12,7	13,0	15,3	16,1	84,0	51,4	80,0	52,1
De 11 a 14 anos (%)	11,6	16,9	14,92	21,7	89,5	68,2	86,5	69,6
15 anos ou mais (%)	4,5	6,0	5,3	7,5	91,3	81,4	90,2	81,0
Total em %	100,0	100,00	100,0	100,0	76,0	47,0	71,2	47,5
Total em milhões	42,9	28,0	45,6	31,3	-	-	-	-

Fonte: IBGE/PNAD (incluída a categoria "ignorado" ou "mal definido")

O impacto da escolaridade sobre o trabalho feminino se expressa em taxas mais elevadas de atividade entre mulheres com mais instrução. Em 1993, enquanto a taxa feminina de atividade era de 47%, a das mulheres com 15 anos ou mais de estudo era superior a 81%, ou seja, de cada 100 mulheres com nível superior, 81 eram ativas no começo da década.

O crescimento do nível de escolaridade feminina tem como conseqüência um aumento expressivo em sua colocação no mercado de trabalho, onde se encontram os empregos protegidos por lei, nos setores privado e público da economia.

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério da Educação (MEC) feitas na década de 90, possibilitaram uma análise mais detalhada da nova participação do mercado de trabalho por sexo.

4.3 Participação econômica por sexo e cor

Todos os estudos divulgados demonstram um crescimento da população economicamente ativa (PEA) feminina desde os anos 1970 até a metade da década de 1990.

Mulheres e homens no mercado de trabalho: indicadores de participação econômica - Brasil

Sexo e data	PEA (em milhões)	Taxas de atividade (em%)	PEA (em %)
Mulheres			
1990	22,9	39,2	35,5
1993	28,1	47,0	39,6
1995	30,0	48,1	40,4
1998	31,3	47,6	40,7
Homens			
1990	41,6	75,3	64,5
1993	42,9	76,0	60,4
1995	44,2	75,3	59,6
1998	45,6	73,6	59,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

A taxa de atividade feminina, ao final da década, chega a mais de 47% ou seja, de cada 100 mulheres em idade de trabalhar, mais de 47 trabalhavam ou procuravam trabalho. O incremento acentuado ocorrido entre 1990 e 1993 deve ser atribuído em parte a uma redefinição do conceito de trabalho adotado pelo IBGE a partir de 1992.

Em 1993, a atividade feminina manteve patamar semelhante com pequena elevação em 1995. Já as taxas masculinas mantiveram patamares elevados, em torno de 75%, com declínio no final da década, data em que houve a consolidação da presença feminina no mercado de trabalho.

4.4 O mercado de trabalho para a mulher em regiões metropolitanas

A busca feminina por uma inserção no mercado de trabalho continua sendo marcada pela desigualdade de oportunidades ocupacionais relativamente à enfrentada pela população masculina.

Estudos divulgados recentemente pelo Dieese demonstram que, em 2006, no Distrito Federal e nas cinco regiões metropolitanas onde o Sistema Estatístico de Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é realizado, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina somava 8.878 milhões de pessoas, passando a corresponder a 46,7% da PEA metropolitana. Entre essas trabalhadoras, a maior parcela compunha a força de trabalho ocupada, enquanto 19,8% delas permaneciam em situação de desemprego (1,754 milhões de mulheres).

Estimativa da População Economicamente Ativa segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2006

Condição de atividade	Total	Mulheres	%
População Economicamente Ativa	18.993	8.878	46,7
Ocupados	15.808	7.122	45,1
Desempregados	3.185	1.754	55,1

Fonte. DIEESE

O estudo mostra também que, entre 1999 e 2006, a presença da mulher na força de trabalho teve crescimento em parte das regiões pesquisadas - Distrito Federal e regiões metropolitanas de Belo Horizonte, São Paulo e Salvador - e manteve-se estável em Porto Alegre e reduziu-se em Recife.

As taxas de desemprego da população feminina, ainda que tenham caído, como ocorreu para o conjunto da população economicamente ativa, continuam bem mais elevadas que as dos homens. Por outro lado, a queda verificada no período para os salários foi menos intensa para as mulheres do que para a população masculina, reduzindo a diferença existente entre os valores médios do salário-hora e cada sexo.

4.5 A mulher na redação

Para Isabel Travancas (1993, p.24), a redação se tornou um reduto dos jovens e também das mulheres. Ela explica que cresce a cada ano o número de mulheres nas redações, sendo poucas as editorias que não as incluem, sejam como repórteres ou mesmo em cargos de chefia. "(...) a tendência do jornalismo é converter-se numa profissão predominantemente feminina". Para ela, embora a maioria das mulheres afirme não sofrer discriminação na profissão, algumas áreas continuam fechadas para elas, como por exemplo a editoria de esportes.

Em sua pesquisa, Travancas constatou que as redações atraem as mulheres devido ao fato de o jornalismo estar ligado à televisão e à idéia de show. Ao contrário de antigamente, quando o jornalismo era basicamente investigativo e a televisão ainda não era tão atuante, hoje a televisão é um sonho final para a maioria das repórteres que, segundo ela, "se sentem um pouco artistas trabalhando naquele veículo". Outro dado constatado na pesquisa é o fato de algumas mulheres jornalistas aceitarem trabalhar por salários baixos.

Para Travancas, o preconceito contra a mulher não existe tanto na televisão, ao contrário do que acontece no jornal, onde, segundo ela, as gerações mais antigas acreditam que só homem pode trabalhar em editorias como as de política e polícia.

A família do jornalista quase sempre é sacrificada em função do trabalho. Travancas constatou em sua pesquisa que as mulheres e mães se queixam das muitas

tarefas e da difícil divisão de horários. Para outras, os filhos maiores não são uma questão sem solução, mas há que se adaptar e encontrar um caminho. Não é todo marido que aceita ter uma mulher sem hora certa para chegar em casa, que trabalhe no fim de semana e possa ser chamada a qualquer momento pela redação.

Entre as atividades que a jornalista pode exercer em uma redação estão: a) repórter, jornalista que vai para a rua apurar a informação; b) redator, responsável pelo texto final do repórter; c) repórter fotográfico, que vai para as ruas junto com o repórter; d) diagramador, encarregado de planejar visualmente a página do jornal; e) subeditor, o assistente do editor e trabalha junto com o redator e o diagramador; f) editor, o chefe da editoria. g) chefe de reportagem, é quem decide qual repórter mais apropriado para fazer determinada matéria; h) pauteiro, o jornalista que chega mais cedo à redação, lê todos os jornais e sugere pauta; e i) editorialista, jornalista que escreve diariamente o editorial do jornal.

5 Metodologia

Com a finalidade de chegar o mais próximo do objetivo da pesquisa, foi realizada uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Romário Schettino. A entrevista possibilitou que fossem obtidos dados relevantes referentes ao mercado de trabalho para jornalista no DF.

Com o intuito de obter respostas claras e satisfatórias, foram elaboradas sete perguntas diretas abrangendo os assuntos importantes para a obtenção dos dados necessários para a fundamentação da pesquisa.

Foram elaboradas também três perguntas iguais dirigidas ao jornal *correio braziliense* e à TV Globo-DF. As perguntas foram encaminhadas, via e-mail, aos Departamentos de Recursos Humanos de cada veículo e tinham como objetivo fazer um comparativo entre os dois veículos, no sentido de se verificar o quantitativo de jornalistas que atuam nesses veículos e descobrir também o quantitativo de mão-de-obra feminina que são absorvidas.

Para facilitar um melhor entendimento das informações obtidas, os dados coletados foram colocados num gráfico de colunas, na escala de 0 a 250, que equivale ao número do total de jornalistas.

Com o objetivo de descobrir o número de faculdades em Brasília que oferecem o curso de jornalismo, foi realizada uma pesquisa por telefone, com uma única pergunta: Essa faculdade oferece o curso de jornalismo? A intenção dessa pesquisa foi o de verificar se, efetivamente, existe uma procura maior pelo curso de jornalismo no Distrito Federal.

Este trabalho também se propôs a descobrir o quantitativo de mulheres jornalistas que se formam a cada ano. Para obtenção desse resultado, foi feita uma consulta, por meio de protocolo, na secretaria-geral do Uniceub, perguntando qual o número de jornalistas mulheres que se formaram na instituição no ano de 2006.

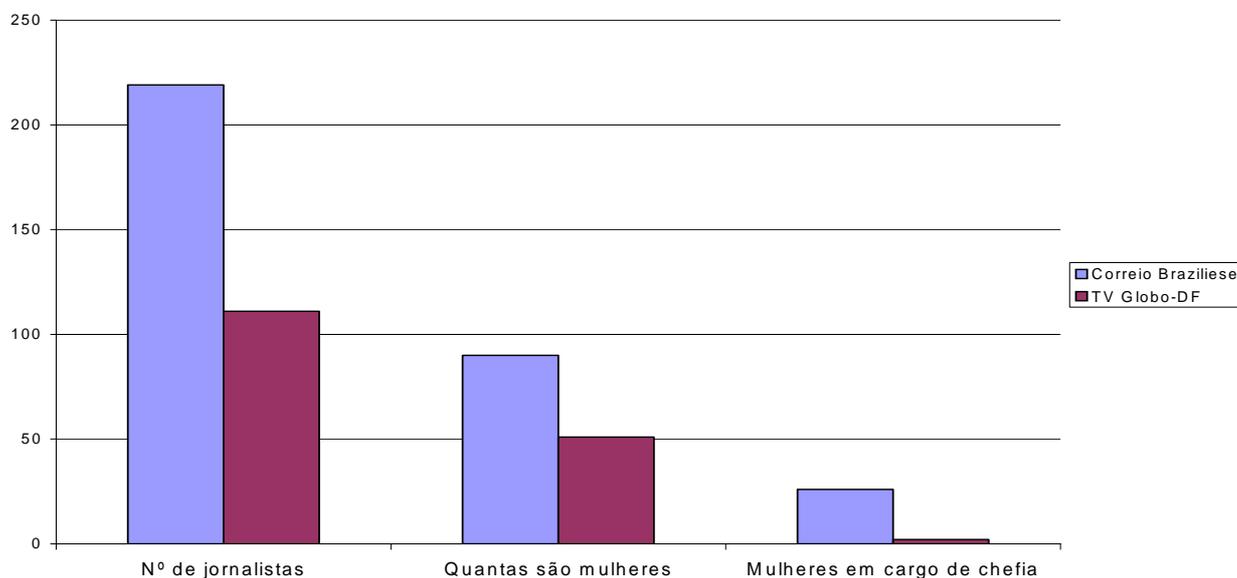
6 Análise de dois veículos

A análise comparativa entre o jornal *Correio Braziliense* e a Rede Globo-DF deve ser precedida por algumas considerações sobre esses dois veículos, a fim de contextualizar os dados levantados.

Por considerar de fundamental importância a existência de um jornal na capital do país, Assis Chateaubriand criou o jornal *Correio Braziliense* cuja cobertura inicialmente era exclusivamente política. Na década de 1990, o jornal passou por uma grande transformação passando a ser uma referência nacional. O jornal deixou de ser oficialista e passou a valorizar as grandes coberturas e os “furos jornalísticos”. O *Correio Braziliense*, hoje, conta com 911 profissionais, dos quais 219 deles são jornalistas, entre os quais 90 são do sexo feminino.

Dois anos após o nascimento da TV brasileira, foi ao ar o telejornal Repórter Esso. Esse telejornal serviu de base para os próximos telejornais que foram surgindo. Estudos demonstram que inúmeros testes foram necessários para se chegar ao modelo de telejornal existente hoje. A Rede Globo foi a emissora que mais investiu nesse modelo, o qual persiste até os dias de hoje.

O que pode ser verificado ao longo da história é que o telejornalismo da Rede Globo vem aperfeiçoando e valorizando os seus profissionais. Em todas os telejornais da emissora existem jornalistas mulheres. A Rede Globo do Distrito Federal conta hoje com 111 jornalistas, entre os quais 51 do sexo feminino.

Quadro Comparativo Correio Braziliense e Rede Globo-DF

Fonte: Setor de Recursos Humanos dos dois veículos

Os dados acima demonstram com clareza que, apesar de as mulheres estarem se qualificando cada vez mais, o que se vê na prática é completamente diferente. No *Correio Braziliense*, 41% dos profissionais são mulheres, dos quais 28,8% ocupam cargos de chefia. Já na TV Globo do Distrito Federal, apesar de ter um número maior de mulheres jornalistas, 45,9%, apenas 3,92% delas ocupam cargos de chefia.

Existem hoje, em Brasília, cinco faculdades que oferecem o curso de jornalismo, são elas: Faculdade Alvorada, Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), Universidade Católica de Brasília, Universidade de Brasília (UNB) e Centro Universitário de Brasília (UNICEUB). Em sua pesquisa, “A profissionalização no jornalismo e o mercado de trabalho para mulheres no estado de São Paulo”, Paula Melani Rocha² destaca que o primeiro curso superior de jornalismo que se tem notícia é de 1947 e funcionava na Fundação Cásper Líbero, em São Paulo. Em 17 de outubro de 1969, em plena ditadura militar, foi aprovado o Decreto-Lei 972, que regulamentou a profissão e consagrou a exigência do curso superior de jornalismo para o exercício da profissão.

² Graduada em jornalismo pela Fundação Gásper Líbero e em Ciências Sociais pela USP. Professora e coordenadora do curso de jornalismo das Faculdades COC.

O Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal expediu nos anos de 2004, 2005 e 2006 1.234 registros profissionais. Dos quais, 672 foram para mulheres, ou seja, mais de 54%. Para Romário Schettino, presidente do sindicato, o fato da crescente procura do curso de jornalismo pelas mulheres se justifica uma vez que, no mundo competitivo, as mulheres estão procurando sair cada vez mais de casa. Para ele, as novas tecnologias são motivos para a procura do curso, além da responsabilidade social da profissão. Prova disso é que as mulheres estão ocupando todos os cargos existentes nas redações. Ele explica que foi constatado, nos últimos dez anos, um aumento do número de mulheres que ocupam cargos de chefia. Há mulheres chefiando redações, colunistas em todas as áreas como, política, economia e cultura, mas ainda não se tem a quantificação dessas mulheres jornalistas no mercado de trabalho. O sindicato também não possui conhecimento da existência de discriminação salarial entre homem e mulher que exercem a mesma função.

6.1 Discussão dos Resultados

Apesar das jornalistas poderem trabalhar em todas as áreas dentro da redação, ainda é pouca a participação em algumas editorias, como esporte e política. O número de mulheres que ingressam nas faculdades é bem superior ao dos homens, mas o número de mulheres atuando no mercado não acompanha essa proporcionalidade.

Ao analisar os dados quantitativos percebemos uma tendência da feminização em todos os setores do mercado de trabalho, principalmente no jornalismo. Houve aumento do número de mulheres que ingressaram na profissão no DF, favorecidas, também, pelo aumento das faculdades no Distrito Federal que oferecem o curso de jornalismo.

Apesar de confirmadas as informações de que as mulheres estão mais graduadas do que os homens, constatamos que ainda são poucas aquelas que ocupam cargos de chefia.

7 Conclusão

As diferenças entre os gêneros no mercado de trabalho não se restringem ao jornalismo. Aos poucos, as mulheres ocupam cargos e profissões consideradas até pouco tempo exclusivamente masculinas. Os estudos sobre o crescimento da feminização nas profissões mostram que essas diferenças vêm ocorrendo, porém com desvantagens em alguns aspectos como jornada de trabalho e área de atuação. As mulheres continuam ocupando uma dupla jornada como profissional e dona-de-casa. A maior participação ocorreu nas ocupações consideradas de menor prestígio e ocupações exclusivamente femininas, como assistente social e enfermagem. Podemos constatar que a mulher está lutando para mudar o pensamento de que só é permitido o ingresso no mercado de trabalho naquelas profissões consideradas tradicionais.

Uma dificuldade encontrada na execução da pesquisa diz respeito à identificação sobre as diferenças salariais, apesar de inúmeros estudos já demonstrarem que de fato elas existem. Entendemos que tais diferenças não deveriam existir, uma vez que o domínio do conhecimento profissional deveria ser o principal requisito para inserção no mercado de trabalho em qualquer profissão.

Com a constatação de que a crescente capacitação feminina não é garantia de um reconhecimento profissional, propomos uma discussão mais profunda no sentido de verificar, entre outras coisas, o porque desse preconceito, dessa desvalorização uma vez que mulheres são tão capazes quanto os homens.

Se com todas as dificuldades que demonstramos neste trabalho as mulheres conseguiram se destacar na maioria das profissões, imaginem se fossem dados a elas os mesmos direitos e oportunidades dos homens, com certeza elas mudariam o mundo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **Mudanças Tecnológicas e Gênero no Brasil**. Rio de Janeiro. 1993.

CURADO, Olga. **A notícia da TV – O dia-a-dia de que faz o telejornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002.

DINES Alberto. **O papel do jornal – uma releitura**. 4 ed. São Paulo: Summus, 1986.

LORÊDO, João. **Era uma vez a televisão**. São Paulo: Alegro, 2000.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdades, Homens e Mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: senac, 2003

MATOS, Maria Izilda Santos – **Feminismo: teorias e Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2000.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. **História da Televisão Brasileira – Uma visão econômica, social e política**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORELLI, Ana L.F. Artigo **“Correio Braziliense: 40 anos-Do pioneirismo à consolidação**. Brasília. 2003.

MOUILLAUD, Maurice e PORTO Sérgio Dayrell (org.). **O jornal Da forma ao sentido**. 2 ed. Brasília. UNB, 2002.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROCHA, Paula Melani. **A profissionalização no jornalismo e o mercado de trabalho para mulheres no estado de São Paulo**.

SUNG, Jung mo; SILVA, Josué Cândido. **Conversando sobre ética e sociedade**, 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: **O gênero nos une, a classe nos divide**. Revista Marxismo Vivo.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. 2ed. São Paulo: Summus,1993.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ZAHAR, Jorge. **Jornal Nacional – A notícia faz história** – Memória Globo. Rio de Janeiro: Editor, 2004.

APÊNDICE A - Entrevista com presidente do sindicato dos jornalistas do DF, Sr. Romário Schettino.

1) Quantos registros de jornalistas são solicitados por ano em Brasília e quantos destes registros são de mulheres?

A DRT/Ministério do Trabalho recebe pedidos de registros diretamente em seu escritório na W3 Norte. Dentre os que pedem registro por meio do Sindicato, podemos afirmar que nos anos 2004/05/06 foram expedidos 1.234 registros profissionais no DF. Dos quais, 672 foram para mulheres.

2) Quantos jornalistas existem hoje em Brasília?

Em Brasília estima-se que existam cerca de 6.000 registros profissionais expedidos. Dos quais, 4.600 passaram pelo Sindicato dos Jornalistas do DF.

3) O sindicato tem conhecimento da existência de diferença salarial entre homem e mulher?

Não. Não conhecemos nenhuma reclamação nesse sentido. As diferenças salariais existentes são por outros motivos, como discriminação com os novatos, supervalorização de algumas chefias de redação e alguns repórteres especiais.

4) O sindicato tem conhecimento de casos em que a mulher exerce a mesma função do homem e ganha menos?

Até hoje não recebemos nenhuma reclamação desse tipo. As mulheres que exercem cargos de chefia ganham o mesmo que os homens.

5) O sindicato tem informações de quantas mulheres ocupam cargos de chefia no DF

Temos notado que elas estão ocupando cada vez mais os cargos de chefias nos últimos 10 anos. Há mulheres chefiando redações, colunistas em todas as áreas (política, economia, cultura etc), mas não temos a quantificação dessas mulheres jornalistas no mercado de trabalho.

6) Vocês têm conhecimento de onde estão concentradas as mulheres nos veículos de comunicação?

As mulheres estão ocupando todos os cargos nas redações. Como o percentual de mulheres chega aos 50% em relação ao total de profissionais, acredito que elas estão igualmente em todas as funções dentro das redações.

7) Na sua opinião porque está acontecimento uma crescente procura pelas mulheres, nos cursos comunicação social?

É natural que no mundo competitivo as mulheres estejam cada vez mais procurando trabalho fora de casa. Elas estão se especializando nas universidades e ocupando cargos e funções em todas as profissões. No jornalismo, as facilidades tecnológicas podem ser os motivos pelos quais elas preferam ser jornalistas, mas podem existir outros, como a responsabilidade social da profissão e os compromissos com a justiça social.